

Setor de Engenharia

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - INFORMAÇÕES RESUMIDAS

SECRETARIA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

OBJETO: Pavimentação Poliédrica na Estrada Municipal, no trecho entre o Cemitério

Municipal e a ponte da Linha Raiz PRAZO PARA ENTREGA: 90 DIAS

VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$) 318.827,34

NÚMERO DA PROPOSTA DO TRANSFEREGOV: 054782/2021 NÚMERO DO CONTRATO DE REPASSE: 1081.951-06/2021

NÚMERO DO CONVÊNIO: 924785/2021

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS BENS

Os bens a serem adquiridos são bens de consumo comum, nos termos do Decreto Municipal nº 097/2023.

Lote	Qtd.	Un.	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	SG	Pavimentação Poliédrica na Estrada Municipal, no trecho entre o Cemitério Municipal e a ponte da Linha Raiz	318.827,34	318.827,34
Valor Total			R\$: 318.827,34		

3 - JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de melhorar a infraestrutura viária da Estrada Municipal, no trecho entre o Cemitério Municipal e a ponte da Linha Raiz, que atualmente apresenta apenas leito natural compactado. A ausência de pavimentação adequada compromete a trafegabilidade, especialmente em períodos chuvosos, tornando a via escorregadia, com risco de atoleiros e acidentes.

O trecho em questão registra aumento considerável no fluxo de veículos, devido ao crescimento das atividades locais e ao uso frequente por moradores, produtores rurais, prestadores de serviços e veículos de transporte escolar. A situação atual impacta negativamente a mobilidade urbana, a segurança dos usuários e o acesso a serviços essenciais.

A pavimentação poliédrica é uma solução técnica adequada, de boa durabilidade e baixo custo de manutenção para vias de tráfego moderado em áreas rurais ou semiurbanas. A intervenção proporcionará melhores condições de circulação, reduzirá o tempo de deslocamento, aumentará a segurança viária e contribuirá significativamente para a qualidade de vida da população.

4 - OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE O PRODUTO - Documentos Técnicos



Setor de Engenharia

A empresa contratada deverá apresentar o Certificado de Registro da Pessoa Jurídica no respectivo Conselho de Classe, comprovando sua regularidade junto ao órgão, bem como a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional legalmente habilitado responsável pela execução dos serviços

5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital/Termo de dispensa, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

I)efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

- II) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- III) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- IV) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- V) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6 - LOCAL DE ENTREGA DOS BENS

A entrega deverá ser feita na cidade de Condor/RS.

O serviço será prestado no município de Condor, na Estrada Municipal, no trecho entre o Cemitério Municipal e a ponte da Linha Raiz.

Os custos de deslocamento e alimentação fica por conta da contratada, sem nenhum custo adicional a contratante.

7 - PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO E PRAZO DO CONTRATO

O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do Termo de Contrato, se for o caso ou do recebimento da Nota de Empenho (NE).

O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) meses contados da assinatura do contrato.

O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado: a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas; b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



Setor de Engenharia

8 - DO REAJUSTE

Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

O reajuste será realizado por apostilamento.

Igualmente, o contrato/ATA poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

9 - ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10 - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

Fiscal: Nayara Albuquerque dos Santos

Gestor: Jocelino Biron

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.





Setor de Engenharia

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

11 - ESTIMATIVA DO VALOR

O valor da contratação, conforme planilha de preços do SINAPI, totaliza o montante de R\$ 318.827,34 (trezentos e dezoito mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta e quatro centavos).

12 - GARANTIAS

A contratada se responsabiliza por quaisquer danos causados à contratante, decorrentes de má execução dos serviços, uso inadequado de materiais, danos ao patrimônio público, inobservância das especificações estabelecidas no objeto contratual ou qualquer outro fato superveniente que venha a resultar em prejuízos.

13 - RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto será realizado nos termos do artigo 140 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 90 (noventa) dias uteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias uteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circumstanciado.

Na hipótese de a verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14 - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento, na seguinte dotação orçamentária:

Recurso:

Orgão 10 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade 10.01 - Infra-estrutura, Mobilidade e Patrimônio

Função 26 - Transporte

Sub função 782 - Transporte Rodoviário

Programa 0009 - Eficiência nos Serviços Públicos, mobilidade e urbanismo





Setor de Engenharia

Proj/Atividade 1.085 - Pavimentação de estradas
Natureza da despesa 44.90.51 - Outras obras e instalações
Despesa 4962 - Pavimentação de estradas

Da **Lei Municipal**, nº **3007**, de **12 / 12 / 2024**.

Contrapartida:

Orgão 10 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Unidade 10.01 -** Infra-estrutura, Mobilidade e Patrimônio

Função 26 - Transporte

Sub função 782 - Transporte Rodoviário

Programa 0009 - Eficiência nos Serviços Públicos, mobilidade e urbanismo

Proj/Atividade 1.085 - Pavimentação de estradas

Natureza da despesa 44.90.51 - Outras obras e instalações

Despesa 2128 - Pavimentação de estradas

Da Lei Municipal, nº 3007, de 12 / 12 / 2024.

15 - PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e/ou serviços.

Condor/RS, 23 de julho de 2025.

Nubia C. Beuter

Responsável pela elaboração